



INFORMATIVO
**MINISTÉRIO
PÚBLICO**
Paraíba

Ano I • Nº 3 • Agosto de 2008

**ELEITOR CONSCIENTE,
CIDADANIA RESPEITADA.**

 **Votar
pra
VALER!**
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008

Eleitor, conheça bem os candidatos antes de votar. Não deixe que a corrupção ganhe as eleições. Candidato, assuma um compromisso público de respeito ao cidadão. Não deixe que a corrupção vença o Brasil.

Pág. 6



Realização:



Ministério Público
do Estado
da Paraíba



Ministério
Público
Eleitoral

Apóio:



FACULDADE
**MAURÍCIO
DE NASSAU**

FAZENDO PARTE DA SUA HISTÓRIA

CONVÊNIO
MPPB reverte multas
de transações para
combater o câncer

Pág. 3

ELEIÇÕES
Presos provisórios
votarão pela primeira
vez no Estado

Pág. 4

PROMOÇÕES
Promotores são
promovidos e mais
seis são empossados

Pág. 7

TECNOLOGIA
Promotor recupera
áudio de k7 e inocenta
adolescentes

Pág. 8

Significativos Avanços

No mês de agosto a atual administração completou mais um ano de gestão. Nesse período, significativos avanços podem ser elencados.

A Procuradoria Geral de Justiça concluiu o XII Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público da Paraíba, dando posse a 26 novos promotores. Deu início e concluiu as sedes das Promotorias de Santa Rita e Cajazeiras, enquanto caminha, em ritmo acelerado, a nova sede de João Pessoa, que está sendo erguida em terreno vizinho ao atual prédio central.

Em tramitação estão os processos para construção das promotorias de Mangabeira, Pedras de Fogo e Alagoa Grande, além de reformas em várias outras. Todas as sedes ministeriais estão sendo equipadas com novos equipamentos de informática, motocicletas, fax e mobiliário. Com a chegada de um caminhão tipo baú foi iniciada a entrega de material de expediente nas próprias promotorias de justiça e em todas as regiões do Estado.

Pioneiramente foi lançado o Informativo Ministério Público PB, onde os membros e a sociedade vêm sendo permanentemente informados sobre as ações institucionais. Também foi publicado o segundo volume da Revista Jurídica do Ministério Público, desta feita encorpada com temas jurídicos variados e de inestimável valia aos membros da instituição e ao público externo integrante do mundo jurídico.

Vários programas de origem nacional e de relevante alcance social foram apresentados e plenamente atingiram seus objetivos, entre, eles, O que você tem a ver com a corrupção, e o Votar pra valer.

Além das obras de pedra e cal, a administração impôs um vigoroso programa de valorização do membro da instituição, seja incentivando a participação em encontros nacionais, ou criando condições para que o Promotor de Justiça plantonista, em João Pessoa e Campina Grande, disponha de uma completa estrutura física para a execução de seu mister nunca antes experimentada. Restringiu as substituições cumulativas às respectivas áreas geográficas das promotorias de justiça, valorizando os membros que compõem a região e, mais importante, criando uma regra impessoal e imutável de gerenciamento que não será violada ao sabor da administração do momento, dando segurança e dignidade ao membro do parquet.

O novo ano administrativo que se inicia, neste segundo semestre, deverá testemunhar um incremento de ações da administração. Esta é a vontade de seus integrantes, este o resultado da união de forças.

Opinião

Mutirão de Execução Penal

Ronaldo José Guerra*

É cediço que o cárcere, hodiernamente, com suas irrefutáveis imperfeições, sempre foi objeto de reiteradas críticas, nos mais diversos aspectos, que apontam para uma profunda crise, necessitando o sistema penitenciário de urgente reformulação.

Poder-se-iam enfocar, como finalidade da pena imposta pelo Estado, exercendo o jus puniendi, alguns importantes aspectos: a) a segregação da sociedade, uma vez que o infrator representa uma constante ameaça para ela; b) o efeito pedagógico, porquanto serve de exemplo para aqueles que pretendessem delinquir; c) a ressocialização do apenado, devendo o Estado buscar meios para reinseri-lo ao convívio social.

O sistema penitenciário, porém, não tem cumprido o seu mister, vez que o cárcere se tornou um meio propício à deformação de pessoas, levando-as a estágio pior do que aquele em que se encontravam, tornando-as mais violentas e, conseqüentemente, com maior grau de periculosidade.

Fugas e rebeliões têm sido uma constante no cenário brasileiro. Resta evidenciado o declínio do sistema penitenciário, com o agravante de custos crescentes do aprisionamento e a ausência de investimentos que dêem suporte ao setor. Deparamo-nos, aqui, com a tão decantada superlotação das prisões.

Partindo-se dessas considerações, resultam dificuldades, tais como, a falta de condições necessárias à própria sobrevivência (higiene, alimentação adequada, celas dignas, serviço médico apropriado, ao lado do alto índice de consumo e tráfico de drogas, corrupção, em suma, a quase ausência de perspectivas de reintegração social), indo de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana, elemento basilar das constituições do dito mundo civilizado.

A finalidade precípua da prisão parece ter sido condenada ao ostracismo. A ressocialização do apenado, na atual conjuntura, revela-se quase uma missão inexecutável. A reabilitação torna-se utópica, tendo em vista o desvirtuamento do propósito do cárcere.

De acordo com dados da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário, estima-se que 30% de todos os apenados serão beneficiados com a progressão de regime e, até mesmo, com a liberdade definitiva, tendo em vista o término do cumprimento da pena.

Diante desse quadro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu realizar vários mutirões pelo país, com a participação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, visando à redução da população carcerária, escolhido o estado do Rio de Janeiro para nele se dar início ao aludido procedimento.

Entendemos que o jus puniendi estatal compreende, também, a correta execução da pena e, desse modo, devemos admitir como salutar a decisão do CNJ nesse desiderato, em observância ao exigido em um Estado Democrático de Direito.

*Ronaldo José Guerra é o 4º Promotor de Justiça da Comarca de Cabedelo

EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador-Geral de Justiça:
Paulo Barbosa de Almeida
Corregedor-Geral do Ministério Público:
José Roseno Neto
Secretário-Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB: Almira Félix, Lila Santos, Iris Porto
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742



Ministério
Público da
Paraíba

Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares

Multas ajudam a combater o câncer

Multas de transações penais estão sendo direcionadas para ajudar no combate ao câncer na Paraíba. Isso mesmo.

Desde julho deste ano, metade dos recursos oriundos das transações penais nos Juizados Especiais Criminais da Paraíba estão sendo repassados para o Hospital Napoleão Laureano, especializado no combate ao câncer.

A idéia de reverter as multas resultantes das transações penais partiu do Ministério Público que firmou convênio com o hospital da Fundação Laureano e com o Tribunal de Justiça. O acordo prevê que os valores e multas, objetos das transações penais propostas pelo MP e homologadas pelos juízes, serão depositados na conta corrente 61.433-5, agência 0011-6 do Banco do Brasil.

Com o valor arrecadado, o hospital poderá adquirir um acelerador linear – equipamento com feixe de radiação mais preciso que destrói a neoplasia sem compro-



Procuradora-Geral de Justiça Janete Ismael assinando o convênio com o Hospital da Fundação Laureano e com o Tribunal de Justiça

meter os tecidos normais. Segundo o Promotor Hamilton de Souza Neves Filho, coordenador do 1º Centro de Apoio Operacional às Promotorias (CAOP), um acelerador linear custa cerca de U\$1,2 milhão. Hamilton ainda explicou que

multiplicando os valores arrecadados nas 80 Promotorias dos Juizados Especiais do Estado, espera-se chegar a um valor mensal entre R\$ 50 mil a R\$ 60 mil. O convênio tem duração de dois anos, podendo ser renovado.



Promotor Cláudio Antônio Cavalcanti

Agosto de 2008

Promotores Plantonistas dispõem de estrutura de apoio durante plantão

Os Promotores de Justiça plantonistas que atuam nas Comarcas de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e Campina Grande contam agora com uma estrutura montada pela Procuradoria-Geral de Justiça que dará o apoio necessário durante os plantões.

Conforme explicações do Promotor Cláudio Antônio Cavalcanti, Secretário-Geral do Ministério Público da Paraíba, a estrutura de apoio foi disponibilizada para facilitar o trabalho dos Promotores nos plantões. “Foi criada uma estrutura para que o Promotor plantonista disponha, em todo o período que durar o plantão, de um veículo, com motorista. Além de uma sala, no prédio

sede, com fax, telefone, computador e impressora. Isto para que ele possa exercer as suas atividades de plantão”, observou Cláudio.

Os Promotores plantonistas trabalham durante os finais de semana e nos feriados. São plantonistas todos aqueles Promotores que atuam nas Promotorias Judiciais. Não participam dos plantões os Promotores pertencentes as Curadorias.

“Essa medida vem beneficiar e dar estrutura a todos os Promotores que participam dos plantões”, destacou o Secretário-Geral, enfatizando que é intenção da PGJ estender essa mesma estrutura para as demais Promotorias do Estado.

“**ESSA MEDIDA VEM BENEFICIAR E DAR ESTRUTURA A TODOS OS PROMOTORES QUE PARTICIPAM DOS PLANTÕES**”

Eleições 2008

Presos provisórios votarão pela primeira vez na Paraíba

OS PRESOS PROVISÓRIOS VOTARÃO PELA PRIMEIRA VEZ NA PARAÍBA. ESTA É A INTENÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL, EDUARDO MAYER E DA JUÍZA HIGYNA JOSITA BEZERRA, DA 29ª ZONA ELEITORAL EM MONTEIRO-PB. ELES RESOLVERAM OPORTUNIZAR AOS PRESOS PROVISÓRIOS O DIREITO DE VOTAR NAS ELEIÇÕES DESTES ANOS.



Promotor Eduardo Mayer e a Juíza Higyna Jozita Bezerra

Votações semelhantes já ocorreram em outros estados e estão amparadas na Constituição Federal que determina no inciso III do artigo 15 que a perda ou suspensão dos direitos políticos se dará apenas nos casos de condenação criminal transitada em julgado.

Na Cadeia Pública de Monteiro há mais de 60 presos, sendo que cerca de 35 são provisórios e manifestaram o desejo de votar nas eleições municipais,

segundo informou a Juíza Higyna Jozita. “Os presos só serão comunicados faltando poucos dias para as eleições para evitar que elaborem algum tipo de fuga. Votarão somente aqueles que quiserem”, disse.

Para o Promotor Eduardo Mayer, o papel do Ministério Público é trabalhar para que o cidadão possa exercer a sua cidadania. O direito ao voto é constitucional e o MP tem o dever de zelar para que a lei seja cumprida.

Como o número de presos habili-

tados a votar não chega a 50, quantidade mínima necessária para instalar uma seção na unidade prisional, os detentos votarão em suas respectivas seções eleitorais. “Solicitaremos um destacamento especial da Polícia Militar e cada preso será escoltado. Eles votarão um a um durante o dia todo”, disse Higyna.

Também está previsto que se for necessário o uso de algemas, elas serão retiradas no momento da votação, já que o voto é secreto. A escolha guardará a seção durante todo o processo de votação.

TAC disciplina abertura e fechamento de portões em escolas públicas

O objetivo é manter os alunos em sala de aula

Preocupado com a situação dos alunos fora da sala de aula e do colégio, em horário escolar, o Promotor de Justiça, Alcides Leite Amorim, firmou dois Termos de Ajustamento de Conduta – TAC – com a Secretaria de Educação do Município orientando horários para abertura e fechamento dos portões das escolas públicas de Gurinhém e Caldas Brandão.

De acordo com o Promotor de Justiça, a preocupação surgiu quando ele, ao andar pelas ruas da cidade, encontrava alunos fardados em horário de aula. “Ao andar na cidade de Gurinhém às três horas da tarde ou nove horas da manhã, a gente via os alunos fardados no meio da rua. Fiquei muito preocupado, indagando o que é que esses alunos estariam fazendo fardados no meio da rua, sem assistir aula? Enquanto alguns estavam nas ruas, outros estavam jogando nas lan houses. Então chamei a Secretaria de Educação, os Diretores das escolas municipais e da estadual e nós firmamos um Termo



Promotor de Justiça Alcides Leite Amorim

de Ajustamento de Conduta para que fosse regulamentado o horário em que os portões deveriam ficar abertos para o acesso e para a saída dos alunos”, explicou Alcides Amorim.

Conforme consta no TAC, os portões são fechados nas escolas às 07h15, só sendo abertos a partir das 11h00, horário em que encerram as aulas do turno da manhã. No período da tarde, os

portões são fechados a partir das 13h15 e abertos às 17h00. No turno da noite os portões fecham de 19h15 e são abertos às 22h00.

Segundo Alcides, no intervalo das aulas, os portões não ficando abertos, faz com que os alunos permaneçam dentro das escolas. “No intervalo do recreio, do lanche, os alunos têm que ficar dentro do colégio e usufruir da merenda do colégio sem precisar sair”, observou.

Sobre a aceitação do Termo de Ajustamento de Conduta, Alcides informou que no início houve resistência por parte dos alunos. No entanto, ela não existe mais.

“Todas as pessoas e, principalmente os pais de família, me procuravam e parabenizavam por essa atitude. O apoio e a aprovação, por parte das duas cidades, foram totais”, destacou. Para verificar se o TAC vem sendo cumprido o Promotor Alcides tem feito visitas periódicas às escolas, mantido contato com os diretores e conversado com os alunos para saber se realmente os portões estão sendo fechados.

Ministério Público busca a preservação do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha

A PRINCIPAL VITRINE DO TURISMO ECOLÓGICO DA PARAÍBA. ASSIM PODE SER DEFINIDO O PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA, UM DOS MAIS BELOS RECANTOS DO LITORAL PARAIBANO. O PARQUE, UMA ILHA QUE EMERGE COM A MARÉ BAIXA, ABRIGA UMA GRANDE BIODIVERSIDADE MARINHA E ESTÁ LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CABEDELLO A DOIS QUILOMETROS DA PRAIA DE CAMBOINHA. O ACESSO É FEITO POR EMBARCAÇÕES.

O Ministério Público Estadual tem trabalhado na preservação do patrimônio natural, em um trabalho que é desenvolvido pelo Promotor de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente de Cabedelo, Valério Bronzeado, com inspeções periódicas no local. Segundo ele, já é possível afirmar que houve progressos nas medidas de conservação e proteção ao Parque Estadual, criado em 28 de agosto de 2000, através do Decreto Estadual nº 21.263.

“Houve melhora na ordenação do comércio, proibição de instalação de bares sob lonadas que impediam a visão do Parque e de atracação de embarcações sobre a Ilha”, disse. Apesar dos avanços, o promotor Valério Bronzeado teme pelo que pode ocorrer na alta estação. “O grande dilema será como conservar o Parque no verão quando a carga deve atingir proporções inimagináveis”, prevê.

Segundo ele, a Sudema criou um Comitê Consultivo/Gestor



Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha

para o Parque que está funcionando adequadamente. “Contudo, deveria haver mais educação ambiental em Areia Vermelha para que todos possam saber e ter consciência que o local é sagrado ambientalmente”.

O Promotor sugeriu a colocação de faixas, banners, cartazes e folhetos com dados sobre a biota, área e a presença de monitores e educadores ambientais no Parque. “Deveria também haver parcerias entre a Sudema, a PBTur, Prefeitura de Cabedelo e a iniciativa privada”, sugere Bronzeado, antecipando que aguarda um plano de manejo e a abertura de uma conta especial para coletar recursos para o Parque, como manda a lei.



Valério Bronzeado atua em defesa de Areia Vermelha

Os parques e a lei

Segundo a Lei nº 9.985/2000 (Art.11) um Parque Nacional tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É uma unidade de conservação integral, portanto, restrita. A visitação está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Gerenciamento da unidade.

Quem quiser ver como foi a última inspeção feita pelo Ministério Público do Estado no parque, basta acessar o link (<http://br.youtube.com/watch?v=IpKzjZOFmJ8>) e assistir a um vídeo postado no site Youtube.

Proteção ao Meio Ambiente

Por causar dano ao meio ambiente na cidade de Sousa, no Sertão paraibano, o Ministério Público da Paraíba acionou a Justiça, com uma Ação Penal, oferecendo denúncia contra a indústria de sebo animal Francisco das Chagas Oliveira. De acordo com o Promotor de Justiça Raniere da Silva Dantas, autor da ação, desde julho de 2004, a indústria, sem tomar os cuidados necessários, vem trabalhando com carcaça de bovinos e resíduos de abate de animais, causando poluição.

Conforme explicou Raniere Dantas, a indústria tem prejudicado principalmente os moradores do conjunto Jardim Brasília, localizado na cidade, além de não ter licença para funcionar. “A empresa passou a exercer essa atividade sem possuir nenhuma licença expedida pela Sudema, órgão ambiental estadual, que detectou também a poluição ao meio ambiente”, afirmou.

Consta no relatório da Sudema, sobre a inspeção técnica realizada em julho de 2005, que a indústria produzia odores em todas as fases de produção e gerava resíduos líquidos, gasosos e sólidos com características capazes de causar poluição, além de lançar esses resíduos sem tratamento no terreno das vizinhanças. A denúncia fez referência à outra fiscalização realizada pela Sudema, na qual se constatou que os produtos estavam acondicionados a céu aberto e sem nenhum tipo de higiene, concluindo que a poluição causada pela indústria de sebo animal ao meio ambiente é nociva à saúde dos seres humanos e animais que transitam na área.

O Promotor Raniere Dantas requereu, na ação penal, a acusação da indústria e de seu proprietário, no crime incluso na Lei de Proteção ao Meio Ambiente, que prevê pena de reclusão de um a cinco anos.



Promotor de Justiça Raniere Dantas

"VOTAR PRA VALER"

Campanha é apresentada pelos Ministérios Públicos Estadual e Eleitoral e pela Faculdade Maurício de Nassau

A Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com a Procuradoria Regional Eleitoral, e com o apoio da Faculdade Maurício de Nassau está promovendo a divulgação da Campanha "Votar pra Valer", com o objetivo de conscientizar o eleitor sobre a importância e o poder do voto. O Ministério Público Estadual firmou parceria com a Faculdade Maurício de Nassau – Unidade João Pessoa, que confeccionou os cartazes, banners e adesivos com a logomarca da campanha.

As peças publicitárias da campanha foram apresentadas à imprensa, aos Promotores Eleitorais e autoridades, durante reunião no Auditório João Bosco Carneiro, na sede da Procuradoria Geral de Justiça. O material foi distribuído com todos os Promotores Eleitorais para que difundam a campanha em seus municípios.

Ao apresentar a campanha, a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, afirmou que se ocorrerem práticas ilegais nas eleições deste ano, o Ministério Público está pronto para tomar as medidas legais. Cada Promotor de Justiça Eleitoral vai usar do expediente que for competente da ocasião e tomará as providências necessárias.

"Votar certo é o nosso lema, conscientizando a população de que ela tem condições de selecionar os bons candidatos, verificando o quanto foi gasto no ano passado com comunicação, combustível e outros setores. Se o gestor gastou excessivamente agora, há um indício de que ele esteja usando a máquina pública para se eleger. Então cabe a cada eleitor selecionar o candidato e verificar se ele se elegeu em proveito próprio e dos amigos. Este trunfo está nas mãos do eleitor que deve fazer um bom uso dele", declarou.

O coordenador da campanha "Votar pra Valer" no Estado, Promotor de Justiça Hamilton de Souza Neves Filho, explicou que esse trabalho de conscientização começou no mês de julho, por ocasião da reunião do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais em que se viu a necessidade de uniformizar as ações do Ministério Público brasileiro. "O Ministério Público da Paraíba entendeu a necessidade de afinar os discursos de forma a esclarecer e se aproximar do eleitorado para que essas eleições de outubro sejam efetivamente limpas. É o momento oportuno para a gente afastar de vez os maus políticos", afirmou.

Falando sobre as eleições deste ano, o Procurador Regional Eleitoral,



Autoridades na apresentação da Campanha Votar pra Valer



Servidores do MP apresentam a peça 'Voto Vendido, Consciência Perdida'

José Guilherme Ferraz, afirmou que a mudança no parâmetro de atuação da Justiça Eleitoral é evidente nos dias de hoje. Segundo ele, "antigamente havia uma preocupação enorme com a coleta do voto, com a manifestação do eleitor e com a busca de se impedir aquelas situações duvidosas que ocorriam por ocasião da coleta do voto". Essa preocupação, de acordo com José Guilherme, deixou de existir, com a implantação e consolidação das urnas eletrônicas.

Para ele, na nova ordem de idéias, a preocupação do Ministério Público se volta para o aspecto qualitativo da eleição, aperfeiçoando os mecanismos judiciais de punição para a prática de ilícitos eleitorais, onde o MP tem um papel essencial tanto na fase investigativa quanto nas fases judiciais propriamente ditas.

"Neste momento o lançamento da campanha representa a demonstração, pelo MP, de uma preocupação com essas duas formas de atuação. Ou seja, a primeira, consolidando e reafirmando o seu papel como legitimado e ator privilegiado, dentro do processo eleitoral no seu aspecto jurisdicional. Também contribuindo para o aperfeiçoamento e difusão dessa idéia de melhoria qualitativa por parte do próprio eleitor que é

o maior destinatário de todo esse processo e mecanismo de legitimação democrática", disse.

O gerente da Faculdade Maurício de Nassau, unidade João Pessoa, André Luís Silva, falou da importância da participação da instituição de ensino na campanha, como elemento formador do material de divulgação. "Para a Faculdade é um momento muito importante porque é um princípio que nós temos de colaborar com a sociedade, principalmente, na causa democrática. Quando o MPE e o MPPB contataram a Faculdade, para que nós pudessemos formar essa parceria, nós não medimos esforços em produzir esse material. A idéia é toda do MPPB e MPE. O que nós fizemos foi apenas moldá-la dentro de uma linguagem moderna, utilizando toda uma estrutura de comunicação e marketing, para falarmos mais próximo com o eleitor", explicou André Luís.

Também houve a apresentação da peça teatral "Voto vendido, Consciência Perdida", apresentada pelos servidores da Promotoria de Justiça de Caiçara. A peça relata o dia a dia de um prefeito corrupto que comprou votos para se eleger e jogou isso na cara de eleitores que foram reivindicar políticas públicas para a comunidade.



Promotores promovidos durante cerimônia de posse, no gabinete da procuradoria

Promotores de Justiça são promovidos por Antigüidade e merecimento

Qatorze Promotores de Justiça obtiveram promoção por antigüidade e por merecimento neste mês de agosto. Eles foram empossados pela Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, e já estão atuando em suas novas Promotorias. Os primeiros promovidos da 1ª para a 2ª Entrância foram Miriam Pereira de Vasconcelos que saiu de Caaporã para Patos; Alcides Amorim transferido de Gurinhém para Monteiro; Luciara Simeão, de Soledade para Pombal e Edvane Saraiva, que saiu de Caiçara para Patos.

A solenidade foi realizada no Gabinete da Procuradora e o termo de posse foi lido pelo Secretário Geral do Ministério Público, Promotor Cláudio Cavalcanti.

A Procuradora disse que estava muito feliz de ver os Promotores de Justiça sendo promovidos, porque tinha certeza de que onde eles estiverem estarão sendo o Ministério Público. “Os senhores abraçaram a profissão com muito carinho e dedicação. São verdadeiros defensores dos cidadãos e representam muito bem a nossa instituição”, afirmou.

No dia 14, Janete Ismael empossou mais dez Promotores de Justiça. Desta vez os promovidos foram Cassiana Mendes de Sá, que assumiu a Promotoria de Mari, Carmen Eleonora da Silva Perazzo, que foi promovida para Juazeirinho, João Benjamin Delgado Neto, para Serraria, Paula da Silva Camilo Amorim, foi para Alagoa Nova, Ismael Vidal Lacerda, promovido para a cidade de Taperoá,

Fábia Cristina Dantas Pereira, para Aroeiras, Leonardo Cunha Lima, foi designado para Pocinhos e as Promotoras Cláudia de Souza Cavalcanti, Caroline Freire Monteiro e Daniele Lucena Costa, foram promovidas para as cidades de Cabaceiras, Remígio e Serra Branca, respectivamente.

As promoções foram apreciadas e homologadas pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Mais seis Promotores de Justiça são empossados

O Ministério Público da Paraíba empossou os seis últimos Promotores de Justiça Substitutos, aprovados no XII Concurso Público para Ingresso na Carreira do MPPB. A solenidade aconteceu no dia 22 de agosto, durante sessão do Colégio de Procuradores de Justiça, no auditório João Bosco Carneiro, no edifício sede da Procuradoria Geral de Justiça. Restavam oito candidatos aprovados para tomarem posse, porém, dois deles, amparados por lei, pediram prorrogação do prazo para a posse.

De acordo com a Procuradora-Geral de Justiça do MPPB, Janete Maria Ismael, o Ministério Público da Paraíba tem um déficit de 68 promotores. Esse número diminuiu para 62 com a entrada dos novos empossados. É pretensão da Procuradoria-Geral realizar mais um concurso para suprir essa carência.

“Eu vejo essa posse com muita alegria, até porque o sofrimento deles, da instituição e o nosso próprio foi muito grande. A descrença que eles tinham de assumir o cargo, por causa dos fatores impeditivos como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a gratificação de todos esses momentos, do esforço que nós fizemos para nomeá-los se realiza com esta posse”, enfatizou Janete.

O recém-empossado, Promotor de Justiça Substituto, Túlio César Fernandes Neves, disse em seu discurso de posse que casa-se um sonho com a realidade. “Após muito tempo de estudo, de labuta rotineira, conseguimos concretizar um objetivo, uma meta, um projeto de vida que para muitos de nós foi idealizado mesmo antes do início do curso de Direito. E na busca desse ideal trilhamos longos percursos, alguns penosos, mas ultrapassamos todos, com a determinação própria daqueles que, convictos da justiça, não desistem nunca”, discursou Túlio César.

Para Lean Matheus, um dos novos promotores, o momento é de muita alegria e felicidade pra todos que estão tomando posse, até porque aguardaram muito tempo por esse dia. “Esse é o trabalho que eu sempre sonhei desenvolver e a minha expectativa é defender a sociedade em busca da probidade, do correto e da defesa dos mais necessitados”, declarou.

Os novos Promotores de Justiça Substitutos são Túlio César Fernandes Neves, Ilcléia Cruz de Souza Neves, Jamille Lemos Henriques Cavalcanti, Lean Matheus de Xerez, Lívia Vilanova Cabral, Ricardo Macedo Duarte, Alynne Andrade Lima, Jaine Aretakis Didier.



Promotora Luciara Lima assina Termo de Posse

Ministério Público lança segundo volume de Revista Jurídica da instituição

O SEGUNDO VOLUME DA REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA FOI LANÇADO, DURANTE SOLENIIDADE NO AUDITÓRIO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.



A apresentação da Revista foi feita pelo coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e presidente do Conselho Editorial, Procurador José Raimundo de Lima.

Ele ressaltou a importância da Revista para o mundo jurídico, observando que os 21 artigos que compõem o volume contêm temas atuais. “Esta revista possibilita a discussão das mais relevantes, complexas e controversas questões do ordenamento jurídico brasileiro, além, de atuação e estudo do fenômeno legal. Ela contém artigos de advogados, juízes de direito e renomados escritores do Brasil e do exterior e, como não poderia ser diferente, dos membros do Ministério Público da Paraíba”, enfatizou José Raimundo.

A Procuradora-Geral de Justiça, Janeite Ismael, falou de sua satisfação em estar lançando o segundo volume da Revista Ju-

rídica. “Eu tenho a agradecer a todos que colaboraram com a edição desta Revista, proporcionando uma publicação de alto nível. E desde já, alerto a todos que queiram ter seus trabalhos publicados já comecem a escrever seus artigos, para que possamos, dentro de seis meses publicar o terceiro volume”, afirmou.

A Revista Jurídica do MP tem publicação semestral e vem com artigos publicados nas

diversas áreas jurídicas. A publicação é feita pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), que conta com o apoio da Biblioteca do Ministério Público. Esta segunda edição foi acompanhada pelo Instituto Brasileiro de Ciências e Tecnologia – IBCT.

O volume traz 21 artigos de autoria de membros do MP, Advogados e Professores universitários, Juízes e escritores doutrinadores como Fredie Didier Júnior, da Bahia, e Jorge Miranda, de Portugal, favorecendo as bibliotecas de todo o país. Nesse 2º volume, participaram como membros do Conselho Editorial os Procuradores de Justiça, Doriel Veloso Gouveia e Alcides Orlando Jansen e a Procuradora Sônia Maria Guedes Alcoforado.

Promotor recupera áudio de K7 e inocenta jovens acusados de crime

O Promotor de Justiça Fernando Antônio Ferreira de Andrade, após realizar um minucioso trabalho de degravação de áudio em uma fita cassete, conseguiu inocentar três adolescentes, que foram acusados de praticar um homicídio, que trazia indícios de ser uma execução.

Há três anos o caso se arrastava na justiça, mas só em agosto deste ano o crime foi desvendado, graças à habilidade do Promotor com o “mundo dos sons” e da tecnologia avançada nesta área.

O crime ocorreu em Campina Grande-PB e, na época, ano de 2005, estavam acontecendo muitos crimes na cidade envolvendo “gangs rivais” de bairros que aterrorizavam o município. Nesse período um adolescente foi surpreendido durante a noite e assassinado com vários disparos de arma de fogo.

Segundo o Promotor de Justiça Fernando Antônio Ferreira de Andrade, que atuou no caso, durante a apuração e o processamento do delito, o pessoal da inteligência da Polícia Militar conseguiu que um informante se aproximasse de alguns componentes das gangs e os diálogos com tais pessoas foram gravados por esse informante.

Conforme o Promotor, a fita, que já se encontrava nos autos, continha uma conversa em que um dos componentes de uma gang assumia o assassinato e descrevia toda a ação e suas nuances. “Como o informante incriminava os adolescentes acusados, nos



Fernando Andrade em seu estúdio

Digitalização

Para trabalhar a qualidade da fita k7, o Promotor capturou o conteúdo e transformou em um arquivo digital “editável”. Ele usou vários softwares de edição de áudio e após “comprimir som”, “normalizar compressão”, “retirar clicks e cracks”, “analisar áudio”, “realçar frequências” - e outros termos próprios de quem edita áudio-, Fernando confirmou a não participação dos menores.

pareceu por bem confrontá-los com o conteúdo da fita”, disse Fernando Andrade.

O problema é que a qualidade do som gravado era péssima e comprometia a compreensão do conteúdo. Fernando Andrade decidiu, então, recuperar o conteúdo da fita k7. “Trabalhei uma noite e uma manhã nesse processo de recuperação de áudio. É algo semelhante a garimpar em busca de uma pepita, visto que uma edição errada poderia comprometer o resultado das etapas anteriores. Foram gerados ‘N’ arquivos até atingir um resultado satisfatório”, relatou.

Para Fernando Andrade o resultado ficou 60 a 70% mais inteligível que o material original, sendo o suficiente para a utilização eficiente em audiência. “A falta de sucesso total na recuperação, ocorreu porque a qualidade do material original já era bastante comprometida, mas o conteúdo recuperado foi importante porque acabou excluindo a responsabilidade dos adolescentes acusados”, disse.

Digitalização – Para trabalhar a qualidade da fita k7, o Promotor capturou o conteúdo e transformou em um arquivo digital “editável”. Ele usou vários softwares de edição de áudio e após “comprimir som”, “normalizar compressão”, “retirar clicks e cracks”, “analisar áudio”, “realçar frequências” - e outros termos próprios de quem edita áudio, Fernando confirmou a não participação dos menores.